



Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL



Mariana
Mortágua

José
Esteves

Por Beja

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente.
A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença etnoracial.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatos pelo distrito de Beja



José Esteves
secretário de justiça



Fátima Teixeira
geóloga



Gina Mateus
professora



Ramiro Morais
assistente técnico



Guida Ascensão
psicóloga



Cristina Ferreira
professora



MANDATÁRIO

Alberto Matos
professor aposentado

Pelo Baixo Alentejo, fazer o que nunca foi feito

Desde 1995, o PS elege dois dos três deputados por Beja. Os resultados estão à vista, promessas repetidas e nunca cumpridas: a miragem da A26 de Sines a Ficalho, face à realidade do IP8 e das estradas esburacadas; a eletrificação da linha ferroviária de Casa Branca à Funcheira adiada, Beja reduzida a um ramal servido por automotoras inadequadas, sem ligação ao Algarve; a saúde, a educação e os serviços públicos sem instalações condignas e com falta de profissionais motivados e justamente remunerados.

CRISE CLIMÁTICA E A SECA EXTREMA E PROLONGADA

- A água da barragem de Santa Clara atingirá em breve a cota 104, abaixo da qual o Governo tinha proibido a captação de água para rega. Cedendo aos grandes interesses, prepara-se para autorizar captações até à cota 102 ou até mais abaixo. A dessalinizadora, paga com dinheiros públicos para uso privado, não é solução em tempo útil nem é isenta de danos ambientais. É urgente pôr um travão ao agronegócio intensivo que consome perto de 90% da água disponível, produzindo para exportação.
- Alqueva não dá para tudo, apesar do nível de armazenamento de água ser confortável. Falta a ligação ao Monte da Rocha e a outras barragens do Sado; no Chança e no Guadiana há transvases ilegais para rega na Andaluzia.
- No Pomarão, a nova captação de água do Guadiana visa compensar níveis muito baixos da barragem de Odeleite, devido à rega de abacates no Algarve. O Bloco fez aprovar no parlamento a Resolução 3/2023, defendendo a prioridade da água do Pomarão para abastecimento às freguesias do Espírito Santo e Mértola – com os votos contra do PSD, Chega e do deputado do PS Pedro do Carmo.

Há que dar prioridade ao abastecimento público e de proximidade e à agricultura familiar, num conceito de economia circular. Defendemos o acesso equitativo da água. É necessária uma estratégia e técnicos no terreno para proteção dos recursos hídricos, do Guadiana ao Mira, e vigilância dos aquíferos.

ORDENAMENTO AGRÍCOLA E FLORESTAL E PROTEÇÃO DA NATUREZA

O Bloco apresentou vários projetos-lei para travar a instalação de monoculturas e de frutos vermelhos em estufa e tem-se batido por um limite às áreas de plantações (super)intensivas, respeitando os corredores ecológicos e proibindo a aplicação de fitofármacos nocivos. Todos os projetos foram chumbados pelo PSD, IL e Chega e PS. O Bloco propõe:

- Nova moratória à expansão da área de monoculturas e de agricultura intensiva – nem mais uma estufa em Odemira.
- Defesa e conservação de habitats e espécies únicas nos parques naturais do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e do Vale do Guadiana.
- Recusar o aumento de área de eucalipto no concelho de Odemira. Por uma gestão integrada do espaço florestal, com o reforço de meios humanos e materiais.
- Acabar com a poluição atmosférica resultante da queima de bagaço de azeitona em Fortes, Odivelas e Alvito; obrigatoriedade do seu tratamento por compostagem.

TRABALHO COM DIREITOS

O Bloco defende as 35 horas semanais, o aumento geral de salários, o reforço da contratação coletiva e o combate à pobreza. No combate à escravatura do século XXI, é necessário responsabilizar diretamente os donos de obra ou herdade pelos ilícitos e crimes cometidos no interior da sua propriedade.

HABITAÇÃO

- Requalificação de edifícios públicos para arrendamento a preços controlados aos mais jovens e carenciados.
- Baixa de juros através da CGD para habitação própria e alargamento da isenção de IMI.

SAÚDE

- Dedicção exclusiva, com melhorias das carreiras e condições remuneratórias dos profissionais de saúde e apoios à sua fixação no Baixo Alentejo.
- Concretizar a construção da 2ª fase do Hospital de Beja.
- Regresso do Hospital de S. Paulo à gestão pública. O contrato com a Misericórdia de Serpa foi desastroso para utentes e trabalhadores.
- Reforço de meios humanos e técnicos dos Centros de Saúde, privilegiando a prevenção e aliviando a pressão sobre as urgências.
- Aposta na saúde mental (prevenção) e numa rede de cuidados continuados.
- Serviços de saúde de proximidade, com horário adaptado às comunidades, alargando as respostas na área dos cuidados paliativos.

EDUCAÇÃO

- Reverter a municipalização e a “transferência de competências” que agudizou as desigualdades entre territórios.
- Valorizar todos os profissionais da educação, ultrapassando a falta de docentes, auxiliares de ação educativa e outros técnicos.
- Restabelecimento do modelo de gestão democrático, acabando com os “mega agrupamentos”.
- Requalificação dos estabelecimentos de ensino.
- Criação de equipas multidisciplinares que respondam às necessidades dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, de inclusão e integração.
- Criação de uma rede pública de creches que garanta uma cobertura universal e gratuita.

O Bloco pretende combater o despovoamento do Baixo Alentejo, com efeitos na coesão nacional, e lançar as bases para o retorno dos jovens que migraram para outras regiões de Portugal e para outros países.



Esquerda de confiança



Conhece o nosso programa em ↵

programa2024.bloco.org



Recebe as novidades do Bloco ↵